SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1 O PERFIL JURÍDICO DO ICMS 7

1.1 Digressão sobre a evolução legislativa do ICMS 7
1.2 Aspectos fundamentais da incidência tributária do ICMS .. 10
1.3 O papel da lei complementar em matéria de ICMS 15
1.4 Um tributo estadual de vocação nacional 19

2 O ICMS À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ... 23

2.1 Os princípios como elementos normativos do sistema jurídico 23
2.2 Não-cumulatividade 27
2.2.1 Hipóteses excepcionais a não-cumulatividade 33
2.3 Federalismo fiscal 36
2.4 Neutralidade tributária 41
2.5 Tributação na origem 45

3 O REGIME JURÍDICO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS 49

3.1 Breve abordagem histórica 49
3.2 A extrafiscalidade no âmbito do ICMS 51
3.3 Conceito de benefícios fiscais 54

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.4 Espécies de benefícios fiscais 56
3.4.1 Distinção entre incentivos fiscais e incentivos financeiros 57
3.4.2 A norma de incidência tributária 60
3.4.3 Os tipos exonerativos 63
3.4.3.1 Imunidade, isenção e não-incidência 63
3.4.3.2 Isenção parcial 67
3.4.3.3 Reduções de base de cálculo e de alíquota 69
3.4.3.4 Alíquota zero 72
3.4.3.5 Crédito presumido e regimes especiais de tributação 74
3.4.3.6 Diferimento 78
3.4.3.7 Remissão e anistia 81
3.4.3.8 Subvenções e subsídios 82

4 LIMITES PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS 85

4.1 Limites genéricos para a concessão de benefícios fiscais 85
4.1.1 Princípio da legalidade e agente competente 86
4.1.2 Princípio da isonomia 91
4.2 Limites específicos para a concessão de benefícios fiscais relativos ao ICMS 94
4.2.1 Alíquotas fixadas pelo Senado Federal 94
4.2.2 Lei Complementar nº. 24/1975 – disciplina e alcance .. 96
4.2.3 Os convênios interestaduais e o Confaz 100
4.3 As limitações impostas por normas orçamentárias 104
4.3.1 O âmbito de aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal 104
4.3.2 Os requisitos da LRF quanto à concessão de benefícios fiscais 105

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5 GUERRA FISCAL: Causas e efeitos 109

5.1 A caracterização do fenômeno no Brasil 109

5.2 Efeitos macroeconômicos e sociais da guerra fiscal 118

5.3 A glosa de créditos de ICMS como efeito da guerra fiscal .. 122

5.3.1 Manifestações fazendárias restritivas ao aproveitamento de créditos de ICMS 127

5.3.2 Resolução nº. 3.166/2001 do Estado de Minas Gerais 130

5.3.3 Comunicado CAT nº. 36/2004 do Estado de São Paulo 133

6 LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS À GLOSA DE CRÉDITOS DE ICMS 137

6.1 Fixando as primeiras premissas 137

6.2 Limites constitucionais à glosa de créditos de ICMS 139

6.2.1 Usurpação da competência do STF para declarar a inconstitucionalidade de normas concessivas de benefícios fiscais 141

6.2.1.1 A presunção de validade das normas jurídicas 141

6.2.1.2 A competência do STF e a violação ao princípio da separação dos poderes 144

6.2.1.3 A impossibilidade de auto-aplicação das sanções previstas no art. 8° da LC nº. 24/75 148

6.2.2 Violação ao princípio da não-cumulatividade 153

6.2.3 Usurpação da competência do Senado Federal para fixação de alíquotas interestaduais 157

6.2.4 Violação ao princípio da não discriminação em razão da origem 160

6.2.5 O caráter constitutivo das normas restritivas de direitos creditórios e a violação ao princípio da não-surpresa 162

6.3 Efeitos da anulação de benefícios fiscais 166

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3.1 Efeitos temporais 166
6.3.2 Efeitos materiais 169
6.4 A Problemática da glosa de créditos de ICMS sob a perspectiva jurisprudencial do STF 172

7 CRITÉRIOS EXEGÉTICOS PARA A SUPERAÇÃO DO CONFLITO 183

7.1 O conflito normativo constitucional instaurado 183
7.2 Os postulados jurídicos como instrumentos de harmonização de conflitos normativos 186
7.2.1 Sobre os postulados jurídicos 186
7.2.2 Em busca do melhor critério exegético – a técnica da ponderação 188
7.2.3 Segurança jurídica e proteção da boa-fé e confiança dos contribuintes 190
7.2.4 Justiça fiscal e solidariedade social 197
7.2.5 Razoabilidade e proporcionalidade 201
7.2.6 Eficiência 205

8 REFORMA TRIBUTÁRIA E EXPECTATIVAS FUTURAS 209

CONSIDERAÇÕES FINAIS 217

REFERÊNCIAS 223

ANEXOS 235

I – Art. 155 da Constituição Federal de 1988 235
II – Lei Complementar n°. 24 de 07 de janeiro de 19751 241
III – Resolução n°. 3.166 SEF MG de 11 de junho de 2001 245

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br